

Leia o texto abaixo para responder as questões de 01 a 05.

LIMITES AOS FILHOS: DEMONSTRAÇÃO DE AMOR INCONDICIONAL

A valorização dos familiares das crianças e adolescentes, através do trabalho, estudo, salário digno para o sustento da prole, atendimento médico compatível com a natureza humana, levarão o jovem a ter o desejo de dar continuidade ao ambiente salutar em que vive (reprisa-se os modelos, quer sejam bons ou maus); no entanto, existe pessoas sobrevivendo sem qualquer dignidade. E o que pode ser mencionado a respeito daqueles que tudo têm e descumprem a lei? Pergunta-se: tudo o que? Limite, amor, atenção,...? Bens?

Quando o ECA, em seu artigo 1º, dispõe sobre a proteção integral aos indivíduos entre zero e 18 anos, não quis dizer que eles tudo podem fazer e que não devam ter limites. Isto é um grande equívoco de interpretação, o qual demonstra-se através do esclarecimento de Janice Bertoldo:

“Faz-se necessário, em primeiro lugar, tentar definir o que se quer dizer quando se pronuncia essa palavra: limites. Palavra esta, por vezes, revestida de muitas interpretações e equívocos. Partindo deste ponto de vista, pode-se destacar questões importantes, e dentre elas o fato de que limites e disciplina ajudam as pessoas a sentirem-se seguras, portanto, estes são necessários. (...) Vale dizer que a ideia de poupar uma criança do trabalho de crescer acaba condenando-a a ser eternamente criança, imatura e despreparada para o convívio e para o exercício da cidadania. Em outras palavras, quando pais não dão limites para seus filhos acabam limitando-os em sua condição infantil, o que impossibilita a passagem à maturidade.(...) As regras são extremamente relevantes para que a criança entre no universo da razão. (...) É importante salientar que, para que isto ocorra, são necessários muitos “nãos” com seus devidos “porquês”, bem como ser paciente e escutar com atenção. Mais tarde, quando a criança for maior, ela respeitará quem lhe ensinou a viver adequadamente dentro das normas sociais”.

Dar limites aos filhos é demonstração de amor incondicional. A sociedade não tolera crianças e adolescentes desordeiros, cheios de mimos e sem regras. Os pais têm o dever moral de educar seus filhos e isto tem a ver com limite/amor; caso contrário, estará sujeito a ver seus filhos transgredindo a lei, respondendo um processo em consequência de suas ações negativas.

Mas ao se deparar com crianças e adolescentes indisciplinados e infratores se esta diante de problemas que não são somente deles mas principalmente de nós adultos, uma vez que cabe a nós - pais educadores e sociedade em geral - a responsabilidade por sua educação consoante se depreende da própria lei 8069/90.

As crianças e adolescentes refletem a nossa alma; e eles conhecem as nossas inseguranças e incertezas. Tem-se que ter a consciência de que somos responsáveis pelo seu equilíbrio, seus atos e

estabilidade emocional e tudo isto passa pelo binômio limite/amor.

QUESTÃO 01

O texto acima é considerado:

- a) Como uma indicação do que os pais devem fazer com as crianças;
- b) Como uma organização de pressupostos culturais em relação ao convívio dos pais com seus filhos e demais crianças;
- c) Como uma reflexão sobre moralidade frente a indisciplina, causados pela consequência das ações dos pais;
- d) Como uma condenação a criança perante a sociedade.

QUESTÃO 02

O texto aponta que há uma valorização exacerbada de (os):

- a) Inseguranças e incertezas sociais refletidas nas crianças;
- b) Limites aplicados ao comportamento de jovens e adolescentes;
- c) Familiares das crianças e adolescentes, através do trabalho, estudo, salário;
- d) Educadores e sociedade sobre o bom comportamento dos jovens.

QUESTÃO 03

Para a autora do texto, o que ajuda as pessoas a se sentirem seguras:

- a) A condição do comportamento do indivíduo;
- b) A aceitação da sociedade;
- c) Os limites
- d) A construção positiva dos laços familiares.

QUESTÃO 04

Não é uma das ideias discutidas no texto:

- a) Limites aos filhos é demonstração de amor incondicional;
- b) O dever moral de educar seus filhos pertence aos pais;
- c) Os limites impossibilitam a passagem da criança para a vida adulta;
- d) Janice Bertoldo faz um explanação eloquente do que vem a ser “limite”.

QUESTÃO 05

O trecho abaixo, retirado do texto, está propositalmente sem a pontuação por vírgulas. Nesse sentido, preencha as vírgulas corretamente e marque a alternativa que corresponde a quantidade de vírgulas necessárias:

“Mas ao se deparar com crianças e adolescentes indisciplinados e infratores se esta diante de problemas que não são somente deles mas principalmente de nós adultos uma vez que cabe a nós – pais educadores e sociedade em geral - a responsabilidade por sua educação consoante se depreende da própria lei 8069/90.”

- a) 5
- b) 6
- c) 7
- d) 8

QUESTÃO 06

Marque a alternativa em que a palavra seja um Substantivo Coletivo.

- a) Mulheres;
- b) Céu;
- c) Corja;
- d) Azedumes.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa em que o Verbo predispor esteja na 1ª pessoa do plural do Futuro do Presente do modo Indicativo.

- a) Predisporei.
- b) Predisporíamos.
- c) Predisporemos.
- d) Predispúnheis.

QUESTÃO 08

Marque a alternativa em que a frase tenha um Pronome Indefinido.

- a) Você já tomou refrigerante hoje?
- b) Ninguém tomou nota do ocorrido.
- c) A minha caneta quebrou.
- d) Este livro diminui a depressão.

QUESTÃO 09

Em relação à regência verbal, assinale a opção incorreta.

- a) Esta é a marca que o mundo confia.
- b) A rua em que moro é bem movimentada.
- c) A peça teatral agradou ao público.
- d) A van escolar levou o filho ao colégio.

QUESTÃO 10

Assinale a afirmativa em que a frase esteja na linguagem figurada da palavra:

- a) O cão ladrou para o carteiro.
- b) Ele é um livro aberto.
- c) O rapaz ficou feliz ao ganhar uma flauta.
- d) O sol ilumina meu quarto.

QUESTÃO 11

A figura abaixo no Word representa:



- a) Visualização de pontos;
- b) Visualização de trajetória;
- c) Visualização de régua;
- d) Visualização da barra iniciar.

QUESTÃO 12

Ao acionar a tecla ALT + F4 irá:

- a) Copiar o item selecionado.
- b) Anular uma ação.
- c) Fechar o item ativo ou sair do programa ativo.
- d) Colar o item selecionado.

QUESTÃO 13

Sistema de informações na Internet que utiliza uma interface multimídia ou hipermídia.

- a) @.
- b) www.
- c) #.
- d) §.

QUESTÃO 14

Para abrir a “ajuda para um programa ou para o Windows”, deve-se acionar a tecla:

- a) F1.
- b) F2.
- c) F3.
- d) F4.

QUESTÃO 15

Procedimento para se efetuar uma cópia de segurança das informações em um computador.

- a) Backup;
- b) Anti-spyware;
- c) ScanDisk;
- d) Reset.

QUESTÃO 16

No que alude a lei Federal 8069/90, é correto afirmar:

- a) Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção parcial de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes obrigar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;
- b) Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, facultativamente, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
- c) Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas e privadas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de convivência;
- d) Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

QUESTÃO 17

O Art. 11 da lei Federal 8069/90 determina que é assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da:

- a) Moralidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;
- b) Eficiência no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;
- c) Equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;
- d) Isonomia no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

QUESTÃO 18

As normativas do Art. 18-A da lei Federal 8069/90 apontam que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de

correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Pois bem, segundo o parágrafo primeiro do Art. 18ª, considera-se

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico; ou lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe; ou ameace gravemente; ou ridicularize.

Diante das afirmativas acima, é correto dizer que:

- a) A afirmativa I está correta e a II incorreta;
- b) A afirmativa I está incorreta e a II correta;
- c) As afirmativas I e II estão corretas;
- d) As afirmativas I e II estão incorretas.

QUESTÃO 19

É uma afirmativa incorreta frente a lei Federal 8069/90:

- a) Art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações;
- b) Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente;
- c) Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de não opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
- d) Art. 36. A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.

QUESTÃO 20

Sob a luz do Art. 90 da lei Federal 8069/90 as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de, exceto:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Colocação familiar;
- d) Abrigo;

QUESTÃO 21

O § 3º do Art. 101 da Lei Federal 8.069/90 determina que crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros:

- a) Sua identificação e a qualificação completa obrigatória de seus pais ou facultativa de seu responsável, se conhecidos;

- b) O endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;
- c) Os nomes de conselheiros ou de tutores interessados em tê-los sob sua supervisão;
- d) Os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio social.

QUESTÃO 22

O Art. 104 da lei Federal 8069/90 salienta que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à:

- a) Data do fato;
- b) Data da autuação Policial;
- c) Data da condenação;
- d) Data da abertura do inquérito.

QUESTÃO 23

A lei 8069/90 em seu Art. 146 define que a autoridade a que se refere esta Lei é o Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, na forma da lei de organização judiciária local. Art. 147. A competência será determinada:

- I - pelo domicílio dos pais ou responsável;
- II - pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.

Diante das informações acima, é correto afirmar que:

- a) A afirmativa I está correta e a II incorreta;
- b) A afirmativa I está incorreta e a II correta;
- c) As afirmativas I e II estão corretas;
- d) As afirmativas I e II estão incorretas.

QUESTÃO 24

No que descreve a Resolução 101 do CONANDA, o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que conta com as seguintes ações:

- a) Apoio a estudos e pesquisas na área dos direitos dos pais e responsáveis;
- b) Apoio à implantação de módulos do sistema de informações para a infância e a adolescência;
- c) Apoio a mitigação de jovens;
- d) Apoio a projetos de prevenção da intervenção e discriminação na sociedade.

QUESTÃO 25

No que descreve a Resolução nº 129 do CONANDA, realizar diagnóstico com levantamento e sistematização de dados a cerca da realidade que envolve os adolescentes em conflito com a lei, faz parte da deliberações aprovadas na VII CNDCA referente a:

- a) Valorização da Família e Políticas de Apoio Sócio-família;
- b) Reordenamento dos Abrigos e Implementação do Programa de Famílias Acolhedoras;
- c) Medidas Sócio-educativa de Semiliberdade;
- d) Orçamento Criança e Adolescente.

QUESTÃO 26

No que tange a Resolução nº 142 do CONANDA, em seu Art. 31. As Comissões Permanentes são órgãos de natureza técnica e de caráter permanente nas áreas de:

- a) Políticas Públicas para Educação e Aprendizagem;

- b) Orçamento e Finanças Públicas;
- c) Criticidade, segurança e Formação;
- d) Direitos civis e Ação executiva.

QUESTÃO 27

Segundo a Resolução nº 167 do CONANDA, Art. 4º, compete à Comissão Eleitoral, exceto:

- a) Analisar com base nos termos desta Resolução, a documentação das entidades da sociedade civil organizada, postulantes à habilitação para participarem da Assembleia de Eleição;
- b) Exarar parecer fundamentado, classificando as entidades entre habilitadas e não habilitadas;
- c) Divulgar a relação das entidades habilitadas e não habilitadas;
- d) Votar nas entidades candidatas ao CONANDA.

QUESTÃO 28

Nas premissas do Art. 2º da Resolução nº 171 do CONANDA, O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá criar Comissão Intersectorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, composta, quando couber, por representantes de:

- I – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, que o coordenará;
- II – Conselho Tutelar;
- III – Conselhos setoriais, em especial, de políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer;
- IV – órgãos estaduais, distrital e municipais gestores das políticas sociais, tais como educação, saúde, assistência social, segurança, esporte, cultura e lazer;
- V – Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e organizações da sociedade civil integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;
- VI – Crianças e adolescentes.

Diante das informações acima, é correto apenas o que está disposto nas afirmativas:

- a) I, III e IV apenas;
- b) II, III, IV e V apenas;
- c) I, IV, V e VI apenas;
- d) I, II, III, IV, V e VI.

QUESTÃO 29

A Resolução 177 do CONANDA, em seu Art. 1º dispõe sobre o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos à excessiva medicalização, em especial no que concerne às questões de aprendizagem, comportamento e disciplina. Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, define-se excessiva medicalização como a redução inadequada de questões de aprendizagem, comportamento e disciplina a patologias, em desconformidade com o direito da criança e do adolescente:

- a) À educação, ou que configure negligência, analfabetismo ou interdição;
- b) À saúde, ou que configure negligência, discriminação ou opressão;
- c) À cultura, ou que configure negligência, exclusão ou preconceito;

- d) À família, ou que configure negligência, abandono ou internação.

QUESTÃO 30

Segundo a Resolução Nº 178 do CONANDA Art. 2º Os Conselhos Estaduais e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão constituir Comitê Gestor Estadual e Distrital, incumbido da implantação, implementação e do monitoramento do SIPIA Conselho Tutelar, acompanhando e avaliando seu funcionamento. § 1º O Comitê Gestor Estadual ou Distrital será composto por representante dos seguintes órgãos e entidades, exceto:

- a) Conselho Estadual ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) Secretaria de Estado gestora da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente;
- c) Associação e/ou Fórum de Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares;
- d) Fórum Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente;